

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO
2 GRANDE.

3

4 Ata da 1ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio
5 grande – GD7, realizada em 15 de fevereiro de 2019.

6

7

8 Em 15 de fevereiro de 2019, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos
9 Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, no auditório da Associação dos Municípios da
10 Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG, Rua Benedita da Silveira Maia, 144 – Jardim
11 Pinheiros – Passos - MG. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes -
12 **representantes do Poder Público Estadual:** Alice Beatriz Pereira Soares (S) – Rep EMATER,
13 Tenente Wanderlei Vilela Garcia (T) – Rep. PMMG, Tenente Eurípedes Teófilo de Souza (S) –
14 Rep. PMMG, Sônia de Souza Lima (T) – Rep. IGAM, Bethânia Pimenta Cardoso (T) – Rep. IEF,
15 Alessandro Francisco Santos (T) – Rep. SEMAD, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES,
16 Marcos de Souza Pimenta (S) – Rep. PCMG, Juraci Júnior de Oliveira (T) – Rep. EPAMIG,
17 **Representantes do Poder Público Municipal:** Cleiton Vitoriano de Oliveira (T) – Rep. PM de
18 Ibiraci, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM de Itaú de Minas, Marcos Geovany Amorim (S) – Rep.
19 PM de Itaú de Minas, Elimar Vieira Vaz (T) – Rep. AMEG, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM
20 S.S. Paraíso, Lucas Horta Maia (T) – Rep PM de Fortaleza de Minas - **Representantes de**
21 **Usuários de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas Boas (T) – Rep. FIEMG, Andrey Alux
22 Bordini (S) – Rep. SINDPASSOS, Ronaldo Nunes da Silva (T) – Rep. SAAE Passos, Pedro Abelardo
23 Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos, Bruna Dias dos Santos (S) – Rep. VOTORANTIM
24 CIMENTOS, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Flávio Florentino
25 Bocoli (T) – Rep. COPASA, Marlon César Aguiar (S) – Rep. COPASA, – **Representantes de**
26 **Entidades da Sociedade Civil:** Amanda Francieli de Almeida (T) – Rep. FECOM, Clayton Silva
27 Mendes (T) – Rep. IFSUL CAMPUS PASSOS, André Luiz Rodrigues (T) – Rep. SINDEFURNAS,
28 Eduardo Goulart Collares (T) – Rep. UEMG, José Limonti Junior (S) – Rep. PROBRIG, Leonardo
29 de Sousa (T) – Rep. ABES-MG. **Visitantes:** Livia Presoto – VOTORANTIM CIMENTOS, Gustavo
30 Bahia Leite – SAAE/PROJETO BOCAÍNA, Maurício da Silva Mayor – CODEMA IBIRACI, André Luiz
31 Dutra – PM de Ibiraci, Leonardo de Barros Carrijo – PROBRIG. **Assuntos em Pauta: Item 01 -**
32 **Abertura pelo Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum** – Foi verificado quórum com
33 24 instituições presentes, com 34 presentes no total, incluindo visitantes. O Presidente André
34 Luiz Rodrigues iniciou a reunião convidando os membros da diretoria para compor a mesa,
35 cumprimentou e agradeceu a presença de todos. **Item 02 – Leitura do expediente e das**
36 **comunicações da ordem do dia** – O Presidente comunicou sua participação no Fórum Mineiro
37 dos Comitês das Bacias Hidrográficas – FMCBH nos dias 12 e 13 de fevereiro em Belo Horizonte
38 - MG. Ressaltou a tristeza pela situação e insuficiência do trabalho dos órgãos competentes em
39 evitar a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos da Mina Córrego do Feijão, localizada
40 em Brumadinho – MG, concedida à empresa de mineração Vale. Fez uma breve leitura de



41 texto de sua própria lavra em que relata a experiência de ter participado das discussões sobre
42 os fatos ocorridos em Brumadinho – MG, tema principal do evento do Fórum Mineiro dos
43 Comitês de Bacia Hidrográfica. Destacou que foi uma reunião muito rica em debates e em
44 propor ações em prol de defesa de nossos recursos hídricos. Registrou que o entendimento
45 geral do fórum foi de que a Vale se omitiu em vários pontos tecnicamente decisivos para evitar
46 a tragédia humana e ambiental em 2015 e 2019 e que o relatório emitido, pela Diretora do
47 IGAM Marília Melo, registra as evidências medidas no Rio Paraopeba, com repercussões para o
48 abastecimento humano. Sugeriu, em consenso com os demais membros, a emissão de ofícios
49 para todos os Poderes Públicos envolvidos nas atividades minerárias para que prestem
50 esclarecimentos da situação de barragens na região de nossa Bacia. Laene (FIEMG) comentou
51 que na região da Bacia GD6 já esta sendo feito todo levantamento de barragens existentes e
52 suspenso todo tipo de licenciamento a montante. Ressaltou o cuidado com alarmismo e de
53 não deixar o assunto cair em esquecimento, da necessidade de se notificar todos os órgãos e
54 de se trabalhar em conjunto a fim de evitar mais problemas. Sônia (IGAM) sugeriu o
55 documento ser feito no ato da reunião. André (presidente) agradeceu a Lucas Horta (PM
56 Fortaleza de Minas), o empenho em se preocupar com a questão dentro do município de
57 Fortaleza de Minas indo a Belo Horizonte participar no FMCBH. Evidenciou que foi um
58 verdadeiro assassinato o que aconteceu. Serão tomadas ações e empenho para multiplica-las
59 no CBH GD7. Tenente Garcia (PMMG) comentou que parcialmente já foi noticiado no Jornal
60 Folha da Manhã, com sede em Passos – MG, sobre a situação da mineradora em Fortaleza de
61 Minas, que no início deste mês recebeu um telefonema de um vereador da cidade de Fortaleza
62 de Minas falando da situação da mineradora, sobre questões de segurança da barragem e de
63 bombas que estão sendo retiradas da mina, e com isso a mina inundaria e acarretaria em
64 danos aos recursos hídricos. A Polícia Militar de Meio Ambiente sugeriu a recomendação de
65 que havendo qualquer denúncia ou informação referente à barragem, que seja noticiada e
66 tornada pública através do comitê para que isso sirva como forma de cobrança para que os
67 órgãos competentes tomem as devidas providencias. A orientação do comando foi que a
68 Policia Ambiental, depois de recebida a denúncia, fosse ao local para fiscalizar e noticiar os
69 órgãos competentes para que, caso ocorra algum problema, o comitê torne público isso e
70 cobre os órgãos competentes. Salientou que o comitê não possui capacitação técnica para
71 análise documental das barragens e que a responsabilidade deve ser dos órgãos competentes
72 e que o comitê deve acompanhar o assunto para que medidas sejam implementadas de forma
73 oportuna e efetiva. Informou que a denúncia foi enviada à SUPRAM e que, em resposta foi,
74 que fosse encaminhada para o órgão competente, no caso, a Agência Nacional de Mineração –
75 ANM. Sugeriu cobrar as SUPRAM e a ANM providências quanto à poluição dos recursos
76 hídricos e segurança das barragens. A PMMG, por meio do seu representante, disse buscar
77 prestar serviço de qualidade e mencionou que foi encaminhada a denúncia para ANM, e
78 colocou-se a disposição para apoio. Sônia (IGAM) sugeriu encaminhar tal questionamento para
79 a SEMAD com o fim de esclarecer de quem é a responsabilidade pelo empreendimento da
80 barragem, informação não evidente. Lucas (PM de Fortaleza de Minas) citou que foi realizada a
81 atividade de visita à barragem de Fortaleza de Minas e, juntamente com o prefeito, eles
82 puderam constatar a situação no local, sem auxílio técnico, que há no máximo 10 pessoas
83 trabalhando no local. A princípio, foram informados pelos trabalhadores do local que a



84 barragem tem o mesmo sistema de Brumadinho -MG e Mariana - MG, que foi escavada, que
85 não foi aproveitado o rejeito como suporte base do alteamento, com escavação da montanha
86 e retirada de material. A barragem recebe rejeito no seu centro que vai secando nas laterais.
87 Disseram que há monitoramento, mas não apresentaram documentação relacionada.
88 Apresentaram o plano de emergência com data de junho de 2018, mostrando que só o fluxo
89 interno de funcionamento da mina é de aproximadamente 16 funcionários. Lucas (PM de
90 Fortaleza de Minas) ressaltou a preocupação existente sobre a lama que pode atingir até 6
91 metros de altura, afetando casas e pessoas na parte mais baixa da cidade. Que a prefeitura
92 está no aguardo da fiscalização para maiores esclarecimentos. Eduardo Collares (UEMG)
93 mostrou compreensão quanto a preocupação relacionada à barragem de Fortaleza de Minas e
94 concordou em buscar maiores informações, elucidou que o comitê em si não tem competência
95 técnica para inspecionar o que esta acontecendo no local, mas por outro lado a busca de novas
96 informações e atenção dos órgãos competentes é uma ação necessária; sugeriu fazer uma
97 espécie de audiência pública na cidade, chamando os responsáveis técnicos da empresa do
98 empreendimento de mineração para dar explicações para a comunidade sejam conhecidos
99 como responsáveis pela situação; organizar essa audiência para que, se vier acontecer alguma
100 coisa, a população saiba a quem recorrer. Alexandre Gonçalves Rafael (FURNAS) informou que
101 a ANEEL solicitou a todas as empresas para elaboração do plano de contingência de segurança
102 das barragens; que FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A encaminhou tal plano às defesas civis
103 municipais e demais órgãos o Plano de Atendimento Emergencial - PAE. Informou também
104 sobre o monitoramento é realizado na barragem da Usina de Furnas (em São José da Barra) e
105 que sua empresa esteve envolvida com prestação de contas sobre a situação da barragem com
106 a Prefeitura de São José da Barra, sendo enviadas as informações solicitadas para
107 esclarecimentos. Bruna (VOTORANTIM CIMENTOS) informou que a VOTORANTIM CIMENTOS
108 extrai o minério a seco, não tem barragem de rejeito, mas tem 2 (duas) centrais hidrelétricas.
109 Já estão sendo feitas todas as ações necessárias para evitar problemas. André (Presidente CBH
110 GD7) explanou que a empresa responsável tem a obrigação social de prestar esclarecimentos à
111 sociedade. José Limonti (PROPRIG) solicitou protocolar no CBH GD7 um ofício com
112 questionamentos a FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A, a respeito de laudos técnicos de
113 segurança das usinas e planos de contingências. Informou a preocupação do município de
114 Ibiraci em encontrar-se a jusante de barragens e que a localidade da Usina Hidrelétrica de
115 Marechal Mascarenhas de Moraes (conhecida como Peixoto) possui diversas moradias a
116 jusante do empreendimento. Frisou que é necessário que as prefeituras tenham conhecimento
117 dos planos de emergência e do monitoramento destas estruturas, bem como dos laudos de
118 vistorias periódicos e que se tais planos existem nunca foram comunicados a comunidade.
119 Frisou ainda que tais empresas deveriam participar de projetos ambientais junto ao comitê,
120 como por exemplo, projetos de proteção de matas ciliares, de proteção de nascentes e de
121 educação ambiental, informou ainda que exerce ações de educação ambiental há 15 anos.
122 André (Presidente CBH GD7) respondeu que acha a preocupação apresentada pelo mesmo
123 como sendo legítima, que se FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A não cuida dessa comunicação
124 deverá fazê-lo. Sobre a recuperação de matas ciliares e nascentes, informou que é se seu
125 conhecimento que a empresa, em 2018, planejou a revitalização de nascentes de forma
126 semelhante ao projeto em execução atualmente na micro bacia do Ribeirão Bocaina. A



127 empresa não teria dificuldades em fazer essa prestação de contas. Informou ainda que o papel
128 de comunicação social de FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A com comunidades dos entornos de
129 seus empreendimentos deverá ser melhorado. Alice (EMATER) destacou a importância da
130 explanação do Eduardo Collares (UEMG) a respeito da audiência pública. Ressaltou que
131 infelizmente vivemos em um país reativo, em que só agimos depois dos fatos trágicos ou atos
132 consumados, sem que haja pró-atividade em prevenção; salientou a ideia de trazer o
133 responsável técnico dessa mineração para explicar a real situação dessas barragens. **Item 03 –**
134 **Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 09/11/2018** – Não houve complementações
135 sobre a ata, assim sendo a aprovação da ata foi unânime. **Item 04 – Apresentação proposta de**
136 **alterações no Regimento Interno Art. 12 § 3º e Art. 19 inciso II, conforme DN 52/2016** – Foi
137 feita a leitura da proposta de alteração regimental. Não havendo objeções o presidente
138 prosseguiu com a pauta. **Item 05 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros** – Foi
139 apresentado o controle de faltas para todos os conselheiros. **Item 06 – Deliberar Ad**
140 **Referendum: Indicação dos conselheiros do comitê para compor o Grupo de Trabalho**
141 **discussão do processo de implementação da Cobrança e formato jurídico-institucional da**
142 **Agência de Bacia** – Foi colocada em votação, sem que houvesse objeções, constando como
143 aprovada a DN nº 08, de 28 de novembro de 2018. **Item 07 – Deliberar Ad Referendum:**
144 **Deliberação Conjunta dos Comitês Mineiros da Bacia do Rio Grande nº 01, 18 de dezembro**
145 **de 2018** – Foi colocada em votação, sem que houvesse objeções, sendo declarada como
146 aprovada a DN Conjunta nº 01, de 18 de dezembro de 2018. **Item 08 – Deliberar Ad**
147 **referendum a anuência ao Projeto Bocaina** – Foi colocada em votação, sem que houvesse
148 objeções, sendo declarada como aprovada a DN nº 09, de 21 de dezembro de 2018. **Item 09 –**
149 **Deliberar instituição e composição da Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL** – Foi feita a
150 leitura da deliberação, foram apresentadas considerações dos conselheiros Sônia (IGAM) e
151 Eduardo Collares (UEMG), acatadas como correções no texto da deliberação. Entre as
152 correções apresentadas foi sugerido que a CTIL convoque, sempre que necessário, membros
153 do comitê ou especialistas para realizar as análises de outorga, e se colocaram à disposição
154 para participar destes processos. Não houve outras objeções. O presidente acatou as
155 sugestões e declarou aprovada a DN nº 10, de 15 de fevereiro de 2019. Suelen (SES) esclareceu
156 sobre a instituição das Câmaras técnicas discutida na reunião anterior e ressaltou que a
157 composição deve ser paritária entre os seguimentos. Alice (EMATER) fez a sugestão de cada
158 conselheiro leve seu próprio copo para as reuniões, dispensando o uso do copo descartável.
159 Foi feita a leitura da DN nº 11, de 15 de fevereiro de 2019 e indicados os segmentos e
160 membros para compor a Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL do CBH GD7, sendo
161 composta pelos os seguintes representantes, conforme representação paritária – Poder
162 Público Estadual: IGAM – Sônia de Souza Lima, - Poder Público Municipal: PM de Ibiraci –
163 Cleiton Vitoriano de Oliveira, - Usuários de Recursos Hídricos: SAAE/Passos – Ronaldo Nunes
164 da Silva, - Sociedade Civil: IFSUL DE MINAS/Passos: Clayton Silva Mendes. Não houve demais
165 considerações e objeções, o presidente declarou aprovada a deliberação. **Item 10 -**
166 **Apresentação dos resultados da reunião com a Prefeitura Municipal de Passos, realizada no**
167 **dia 05/10/2018 e no dia 09/11/2018** – André Luiz Rodrigues (presidente do CBH GD7) explicou
168 que foram realizadas duas reuniões para tratar da execução da Lei de Resíduos Sólidos que
169 tem impacto direto nos recursos hídricos, que Passos tem um lixão irregular e que há uma



170 vontade do município de regularizar esse assunto, aproveitando o passivo ambiental fins
171 comerciais ou não comerciais. Que essa intenção os levou a reunir com a diretoria do GD7, em
172 que foram apresentadas algumas soluções. O engenheiro coordenador do projeto de
173 implantação da Usina Termoquímica de Boa Esperança, projeto experimental de FURNAS
174 CENTRAIS ELÉTRICAS S.A para aproveitamento do resíduo sólido urbano, atendeu ao convite
175 em reunir-se em teleconferência e explicou os detalhes da implantação. Inicialmente será uma
176 usina 1 megawatts/hora de potência instalada para aproveitamento de até 80 toneladas de
177 resíduos sólidos por dia, por meio de reação química, resultando o material final do processo
178 em uma cinza inerte, que pode ser utilizada em construção civil, massa asfáltica ou adubo para
179 culturas não comestíveis, além da geração de energia elétrica, aproveitando toda comunidade
180 de catadores de materiais recicláveis para a pré seleção de aproveitamento. Explanou ainda
181 que a reunião ocorreu com a presença do Ministério Público Federal - MPF, do Ministério
182 Público Estadual de Minas Gerais - MPMG, todos os órgãos do município de Passos, o que foi
183 muito positivo para mostrar a preocupação com essa questão. Relatou que há ciência passivos
184 ambientais, dos problemas, mas que é necessário cooperação, fiscalização, e a devida pressão
185 por soluções, o que fomenta uma discussão produtiva. Nos dias que se sucederam da segunda
186 reunião houve um retorno do secretário de obras, que se mostrou entusiasmado com o
187 projeto. Relatou que o secretário de obras de Passos lhe trouxe ao conhecimento estudo da
188 proposta de um projeto de usina de plasma com capacidade instalada de mais de 5
189 megawatts/hora, com conexão direta com a Subestação da CEMIG. É algo importante e
190 estratégico para o comitê, pois trás avanços para a comunidade e para os recursos hídricos.
191 Sônia (IGAM) perguntou sobre a previsão de operação do projeto. André (Presidente CBH GD7)
192 respondeu que a previsão é de entrada em operação em julho de 2019. Os testes dos
193 equipamentos e validação dos processos feitos pela UFU (Universidade Federal de Uberlândia)
194 e a empresa CARBOGÁS estão sendo concluídos. Sônia (IGAM) perguntou se essa iniciativa irá
195 abranger outros municípios. André (Presidente CBH GD7) respondeu que a preocupação é que
196 se ampliada a capacidade industrial da planta ela consiga agregar CDR (combustível derivado
197 de resíduo) de outros municípios. Sônia (IGAM) sugeriu que fosse convidado algum
198 responsável pelo o projeto para apresenta-lo na próxima reunião do CBH GD7 e sugeriu
199 também chamar a Polícia Ambiental para apresentar o trabalho que vem realizando na
200 próxima reunião ordinária. André (Presidente CBH GD7) comentou que será disponibilizada
201 para todos os conselheiros a ata das reuniões realizadas para registro da ação do CBH GD7.
202 **Item 11 – Anúncio de organização de Reunião Extraordinária para apresentação do Plano**
203 **Diretor da Bacia** – será acordado uma melhor data junto ao IGAM para que seja possível a
204 realização da apresentação do Plano Diretor da Bacia. **Item 12 – Informes gerais** – André
205 (Presidente CBH GD7) salientou que o comitê irá oficiar todos os poder públicos, as agências,
206 empresas, ou quem for responsável direta ou indiretamente pela gestão de barragens de
207 resíduos minerais e as que operam em barragens de água da região da nossa bacia. Foi feita a
208 leitura e apresentadas complementações da minuta de documento para solicitar informações
209 aos órgãos competentes. **Item 13 – Comunicado dos conselheiros** – Laene (FIEMG) comentou
210 sobre licenciamentos ambientais serão online a partir de junho/julho, pelo sistema SEI, e que
211 no dia 27/02/2019 foi programado evento da FIEMG sobre obrigações ambientais. **Item 14 –**



212 **Encerramento** – André (Presidente do CBH GD7) agradeceu a presença e empenho de todos
213 para os andamentos das ações do comitê.

214 
215 André Luiz Rodrigues

216 Presidente CBH GD7


Laene Fonseca Vilas Boas
Secretária CBH GD7